

O que o Banco Central tem a ver com sustentabilidade? A LiveBC desta semana mostrou o papel do BC na área

Há três anos, o BC criou a dimensão Sustentabilidade na Agenda BC#. Saiba o que foi feito desde então e conheça as principais iniciativas para a gestão dos riscos climáticos, sociais e ambientais.

Você conhece a agenda de sustentabilidade do Banco Central? Na LiveBC desta segunda-feira (6/11), Fernanda Guardado, Diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativo, explicou como o BC atua para que a alocação de recursos na economia seja direcionada para o desenvolvimento sustentável. Além de mostrar o que foi feito nesses três anos da dimensão Sustentabilidade na Agenda BC# e explicar as principais iniciativas para a gestão dos riscos climáticos, sociais e ambiental, ela respondeu a perguntas relacionadas ao tema. Se você não conseguiu acompanhar a LiveBC, clique [aqui](#) e assista ao programa na íntegra.

O Banco Central tem um mandato já conhecido, concentrado em inflação e estabilidade financeira. Mas por que o BC está preocupado com o meio ambiente? “Essa é uma pergunta recorrente, e a resposta para isso está ficando cada vez mais evidente. As consequências das mudanças climáticas, incluindo os seus custos econômicos e financeiros, atuais e esperados para o futuro, estão cada vez mais visíveis. Temos percebido, nos últimos anos, particularmente na última década, o aumento na quantidade eventos climáticos extremos, como secas e enchentes. Os impactos desses eventos extremos ficam muito claros para a sociedade através dos impactos sobre os preços da energia e dos alimentos.”

Com isso, segundo ela, os bancos centrais têm prestado cada vez mais atenção a estas consequências e como elas impactam seus mandatos para que possam se antecipar, tomar medidas mais direcionadas e gerir de forma mais adequada outras questões relacionadas que lhes são relevantes. A seguir, alguns dos temas comentados pela diretora Fernanda na LiveBC.

NGFS

O BC foi uma das primeiras instituições a dar luz ao tema sustentabilidade e economia verde, já no fim dos anos 2000, e faz parte da Network for Greening the Financial System (NGFS) desde 2020, mesmo ano em que foi criada a dimensão Sustentabilidade. O fórum de bancos centrais e de agências de supervisão se uniu para discutir não só aspectos da transição climática, mas também aqueles relacionados aos riscos ambientais. A NGFS funciona de forma muito similar ao G20, pois não busca códigos e padrões, mas sim o diálogo, a troca de melhores práticas e experiências. Gira em torno de recomendações voluntárias, de alterações que se promovem por forma de exemplo. “Em 2020, éramos por volta de 50 a 60 membros, hoje, já somos mais de 120. E eu fico honrada de dizer que o BC fez parte, nos dois últimos anos, do Comitê Diretor da NGFS, sendo um dos 15 membros responsáveis por elaborar de forma mais direta todo o programa de trabalho do grupo”, afirmou.

RIS

Quando o BC lançou a dimensão Sustentabilidade da [AgendaBC#](#), segundo Fernanda, “em linhas gerais, pode-se dizer que o BC trouxe variáveis sociais, ambientais e climáticas para diversos de seus processos decisórios, independentemente da complexidade que tais ações acarretassem”. Uma das iniciativas dessa dimensão é a publicação regular do Relatórios de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos do BC, o RIS. A diretora destacou e enalteceu os esforços dos times envolvidos na produção do relatório, em especial nesse momento em que o Banco Central passa por crise aguda em função de recursos humanos limitados e deterioração da carreira em relação a outras da administração pública.

“A publicação do RIS é uma ação relevante para a divulgação consistente e comparável de informações relacionadas à esfera da sustentabilidade, no caso do Banco Central do Brasil. Fomos um dos bancos centrais pioneiros nesse tipo de publicação e seguimos um mix de orientações existentes na esfera internacional.”

Das ações do último ano, destacadas na recém-lançada 3ª edição do RIS, disponível aqui, ela citou as seguintes:

- ampliação da divulgação de informações por instituições financeiras com base nas recomendações da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD);
- melhorias no monitoramento das operações de crédito rural com avanços no Projeto FiBraS;
- disponibilização do Sistema de Consulta e Autorização de Acesso às Operações de Crédito Rural (CACR), estabelecido em resolução de março de 2022;
- promoção de ajustes no registro contábil de investimentos em créditos de carbono e demais ativos de sustentabilidade;
- elaboração de instrução normativa com orientações associadas ao arcabouço regulatório da comercialização do ouro com efeitos indiretos mitigadores do desmatamento associado à mineração ilegal;
- aperfeiçoamento da avaliação dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (RSAC) no Sistema de Avaliação de Riscos e Controles (SRC);
- realização de testes de estresse climático – chuvas intensas, secas extremas e mapeamento da exposição da carteira de crédito do SFN ao risco de transição;
- dentre outras.

“Resumindo em linhas gerais, o RIS é um relatório anual do BC que busca sintetizar todas as transformações que estamos buscando na seara ESG (Environmental, Social and Governance), internas e externas, por meio de novos normativos, novos instrumentos, novas práticas de supervisão, transformações em processos internos etc.”, comentou.

Bureau de crédito verde

De acordo com Fernanda, de modo geral, “o BC está buscando contribuir para uma prática mais sustentável na agricultura”, resume Fernanda. E, quem sabe, no futuro, poder auxiliar na concessão de crédito rural em melhores condições para determinadas práticas. “Mas no momento já temos uma ferramenta poderosa para identificar empreendimentos que mereçam destaque e maior atenção dentro do sistema financeiro, que é o bureau verde.” Outro ponto que, segundo ela, merece destaque é que o BC trouxe aspectos do Open Finance para dentro do bureau, de modo que os produtores possam compartilhar suas informações diretamente com as instituições financeiras, o que pode trazer benefícios não só a eles, como também para pesquisas e fins acadêmicos.

“Com o Open Finance, os próprios produtores, quando cadastrarem o seu crédito no bureau verde, vão poder incluir informações sobre suas práticas sustentáveis. E isso pode, por meio do fornecimento para outras instituições financeiras, fazer com que haja oferta de créditos mais baratos para os produtores que tenham essas melhores práticas.”

Redução do impacto ambiental do meio circulante

Anualmente, o Banco Central retira de circulação, por meio de processo de seleção e fragmentação, cerca de 1,1 mil toneladas de cédulas que não estão mais em condições de circular. “Em 2022, o BC destinou todo esse resíduo para o coprocessamento de cimento, ou seja, como insumo a ser utilizado para o aquecimento dos fornos dessa indústria. Em vez de descartar de maneira não sustentável, estamos reciclando.”

Dar a destinação correta para esse resíduo é tão importante para a preservação do meio ambiente que o BC contratou empresa para realizar a Avaliação do Ciclo de Vida do numerário, que é o dinheiro brasileiro. “Por meio dele, o BC pretende identificar possíveis modificações que podem ser feitas na cadeia de vida de cédulas e moedas para torná-la mais sustentável desde o início”, apontou.

G20

O Brasil assume, a partir de 1º de dezembro, a presidência do G20. E o país colocou as pautas do meio ambiente em destaque na cúpula de setembro realizada na Índia. Esse é um tema prioritário na agenda do governo, mas qual é o papel do BC nessa presidência do G20 e como a sustentabilidade pode entrar nessa agenda?

A transição energética e o desenvolvimento sustentável serão questões centrais ao longo das discussões do próximo ano, tendo impactos diretos nos trabalhos da trilha financeira do G20, sob a liderança do Banco Central e do Ministério da Fazenda. “Considero isso extremamente benéfico, pois é uma chance de imprimir um viés emergente ao debate, papel do G20, em questões que nem sempre têm necessariamente esse prisma em suas origens. Tenho bastante esperança de que o Brasil, como líder do G20 em 2024, apresentará resultados concretos e muito positivos na temática sustentável”, comentou a diretora Fernanda.

Para conferir a live na íntegra, acesse [aqui](#).

BC divulga IC-Br de outubro

[Clique](#) para acessar os dados sobre o IC-Br de outubro de 2023.

BC divulga o Relatório de Estabilidade Financeira do primeiro semestre de 2023

O Banco Central do Brasil (BC) divulgou nesta quinta-feira (09/11) o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) referente ao primeiro semestre de 2023. O REF é uma publicação semestral destinada a apresentar o panorama da evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil.

O BC considera que não há risco relevante para a estabilidade financeira. O Sistema Financeiro Nacional (SFN) permanece com capitalização e liquidez confortáveis e provisões adequadas ao nível de perdas esperadas. Além disso, os testes de estresse de capital e de liquidez demonstram a robustez do sistema bancário.

O financiamento à economia real permaneceu desacelerando, em linha com o ciclo de política monetária e com a percepção de risco de crédito. Alta alavancagem de famílias e taxas de juros elevadas contribuíram para a continuidade da desaceleração do crédito às Pessoas Físicas. No caso das Pessoas Jurídicas, a carteira bancária cresce a taxas cada vez menores em todos os recortes, com destaque para a redução no crédito a grandes empresas. Para essas companhias, o mercado de capitais se mantém como fonte relevante de financiamento.

As instituições financeiras reduziram o apetite ao risco, mas o cenário ainda requer cautela. Em relação às famílias, os critérios de concessão de crédito se tornaram mais restritivos em função das perdas recentes. Concernente às empresas, não se percebe alteração importante na estimativa de qualidade das concessões, o que demanda atenção dada a pressão sobre a capacidade de pagamento de micro, pequenas e médias empresas. O elevado endividamento continua se manifestando na materialização de risco de crédito.

Apesar da piora da rentabilidade no semestre, o sistema bancário permanece rentável e com perspectivas positivas. O recuo da rentabilidade refletiu o aumento de despesas com provisões, despesas de captação e custos administrativos. A expectativa é positiva para os próximos trimestres em razão da qualidade das novas concessões, da redução das estimativas de perdas com crédito e da gradual flexibilização monetária.

O REF também traz avaliações sobre o sistema financeiro internacional e sobre as infraestruturas do mercado financeiro, e apresenta o resultado da pesquisa de estabilidade financeira. Além disso, os seguintes temas foram selecionados para esta edição: (i) avaliações iniciais sobre os impactos da Lei 14.286, de 2021, marco legal para o mercado de câmbio e os capitais internacionais e (ii) mapeamento dos riscos tecnológicos do SFN e do SPB.

- [Clique](#) aqui para ler o REF do 1º semestre de 2023.
- [Clique](#) aqui para acessar a página do REF.
- [Clique](#) aqui para assistir a coletiva com o Diretor de Fiscalização, Ailton Aquino, a partir das 11h.
- [Clique](#) aqui para ver a apresentação do Diretor de Fiscalização, Ailton Aquino.

Fonte: [BCB](#), em 09.11.2023.